



Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete-MG

Sr. Alisson Dias Laureano

PROCESSO Nº 028/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2021

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria em gestão tributária, incluindo adequações na legislação e regulamentos correlatos, para o Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com solicitação da Secretaria Municipal de Fazenda

FASE: CONTRARRAZÕES AO RECURSO APRESENTADO PELA LICITANTE
JAQUELINE DE PAULA BARBOSA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE
ADVOCACIA

A Pauta Municipal, inscrita no CNPJ: 21.256.667/0001-20, com sede na Rua Inhaúma, 2003, Sete Lagoas, neste ato representada por sua sócia, a Sra. Gabriela Fernandino Costa, CPF: 012.904.936-00, RG:MG 11-269.384, vem, respeitosamente, com fundamento na Lei 8.666/93, apresentar

CONTRARRAZÕES

ao Recurso Administrativo interposto pela LICITANTE JAQUELINE DE PAULA BARBOSA – SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, qualificada nos autos do processo em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:.

I- DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que a contrarrazoante foi notificada da apresentação do recurso no dia 22/04/2021, tendo sido aberto prazo de cinco dias úteis para apresentação das contrarrrazões, dar-se-á finalizado o prazo no dia 29/04/2021. Portanto, tempestiva a presente peça de contrarrrazões.

II- BREVE RELATÓRIO

A recorrente insurge-se contra a decisão do Ilustre Presidente da Comissão de Licitação que habilitou a Pauta Municipal alegando em breve síntese que a empresa não possui objeto social compatível com os serviços licitados que são serviços complexos de gestão tributária. E que os serviços de consultoria na área tributária são ATIVIDADES PRIVATIVAS DA ADVOCACIA.

Este é o breve relato dos fatos.

III - DAS RAZÕES PARA A MANUTENÇÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE HABILITOU A PAUTA MUNICIPAL



A Pauta Municipal pode realizar a prestação de serviços técnicos em geral, inclusive os serviços de advocacia e capacitação de servidores.

Ao contrário do que diz a recorrente, esta licitação não é destinada aos escritórios de advocacia, POIS A SOCIEDADE DE ADVOGADOS SÓ PODE EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, e esta licitação é destinada à contratação de TREINAMENTO também.

Ou seja, a licitante Jaqueline de Paula Barbosa Sociedade Individual de Advocacia pretende executar um serviço e emitir nota fiscal de outro serviço. Prestar serviços de treinamento (conforme item 3.1.14 do edital) e emitir nota fiscal de serviços advocatícios.

Pelo exposto, resta claro que a recorrente sequer conseguiu entender o objeto da licitação. Não se trata de emissão de pareceres advocatícios e sim CAPACITAÇÃO, INSTRUÇÃO, ORIENTAÇÃO, palavras estas usadas, repetidamente, no Termo de Referência.

E no mais, o conhecimento em Direito Tributário acompanha o profissional técnico, que será avaliado na fase de Proposta Técnica. Tanto é fato, que de forma CORRETA e em consonância com o ordenamento jurídico, a Comissão de Licitação requisitou a CAPACIDADE TÉCNICA da equipe que estará presencialmente executando os serviços.

Empresa não tem capacidade técnica, empresa tem capacidade operacional. A capacidade técnica é do profissional e o acompanha, esteja ele prestando serviços em uma empresa ou em outra.



Pelo exposto, resta claro que a Pauta Municipal é empresa cujo o objeto social guarda consonância com o objeto do edital, que deve ser avaliado em sua integralidade, levando em conta os serviços que serão demandados.

O QUE DIZ O IBGE:

O CNAE 74.90-1-04 está assim definido pelo IBGE:

<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=atividades>

Notas Explicativas:

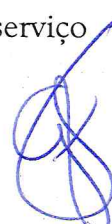
Esta subclasse compreende:

- as atividades de corretagem, intermediação, mediação de negócios ou serviços em geral, sem especificação definida, promovendo a integração entre profissionais e empresas

Conclusão lógica, a Pauta pode promover a integração de qualquer profissional (advogado, engenheiro, arquiteto, assistente social, etc) com a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete, além de poder capacitar e treinar, algo que a recorrente não pode.

Já a licitante JACQUELINE DE PAULA BARBOSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA só pode emitir NOTA FISCAL ou prestar serviços de advocacia, conforme o seu CNAE 69.11-7-01 - Serviços advocatícios.

Ressalto que inclusive a recorrente irá se beneficiar de uma alíquota favorecida (indevidamente) na emissão da nota fiscal, pois os serviços advocatícios estão alocados na tabela IV do Simples Nacional, com alíquota de 4,5% na primeira faixa. Já os serviços descritos neste edital, estão alocados no Anexo V do Simples, com alíquota inicial de 15,5% na primeira faixa. A Pauta Municipal irá corretamente emitir a NF no item 17.01, cuja a tributação é cerca de 10% maior, mas condizente com o serviço requisitado.



Se a recorrente é tão “especialista” em Direito Tributário Municipal, deveria saber que o município de Belo Horizonte (no qual é contribuinte) pode e irá se insurgir contra tal ato, pois a correta tributação para os serviços descritos no edital em epígrafe se amoldam ao item 17.01 da LC 116/2003, cuja tributação se dá pelo Anexo V do Simples e não pelo item 17.14, cuja a tributação se dá pelo Anexo IV e é menor.

O enquadramento incorreto beneficia a contribuinte (Recorrente) e prejudica o Fisco nas esferas Federal e Municipal, à medida que reduz a alíquota do imposto, razão pela qual deve ser realizada consulta ao Fisco de Belo Horizonte, caso a licitante se sagre vencedora.

IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais assim se manifestou sobre o tema:

“Não há na Lei n. 8.666/93 nem em nosso ordenamento jurídico a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja exatamente idêntica à registrada pela Administração no edital. A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica impostos pela Lei n. 8.666/93, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência”¹.

¹ (TCE-MG - DEN: 887499, Relator: CONS. ADRIENE ANDRADE, Data de Julgamento: 20/09/2016, Data de Publicação: 26/10/2016)



Muito bem dito pelo TCE, a inabilitação desarrazoada confronta o princípio da ampla concorrência, JUSTAMENTE o que pretende a recorrente. O certame contou com duas participantes. A recorrente tenta inabilitar sua única concorrente pois está com medo de perder na técnica e no preço.

Ressalto ao I. Presidente da Comissão que a concorrência é peça fundamental para garantir a contratação mais vantajosa para a Prefeitura de Conselheiro Lafaiete. Que a inabilitação da única concorrente (além de indevida), fere de morte um dos princípios basilares da licitação pública. Razão pela qual este quesito também deve ser considerado.

Ainda na mesma linha, o TCE/MG se pronunciou em 2021:

“3. Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados.”²

V- PEDIDO

Pelo exposto, requer a apreciação destas contrarrazões, apresentando os pedidos abaixo consignados, quais sejam:

1. Manter a decisão de habilitação da empresa Pauta Municipal Capacitação e Consultoria.

² Processo nº: 1092186



2. Caso seja reformada a decisão de habilitação, que o recurso seja encaminhado à autoridade superior para decisão final.
3. Que seja proferida decisão fundamentada, com as razões técnicas pelas quais a decisão foi tomada, para garantir o exercício do contraditório e ampla defesa da contrarrazoante na esfera judicial e nos órgãos de controle.

Termos em que,

Pede DEFERIMENTO.

Sete Lagoas, 23 de abril de 2021.

Endereço: Rua Inhaúma, 2003, São Dimas, Sete Lagoas/MG

GABRIELA
FERNANDINO

COSTA:01290493600

Assinado de forma digital por

GABRIELA FERNANDINO

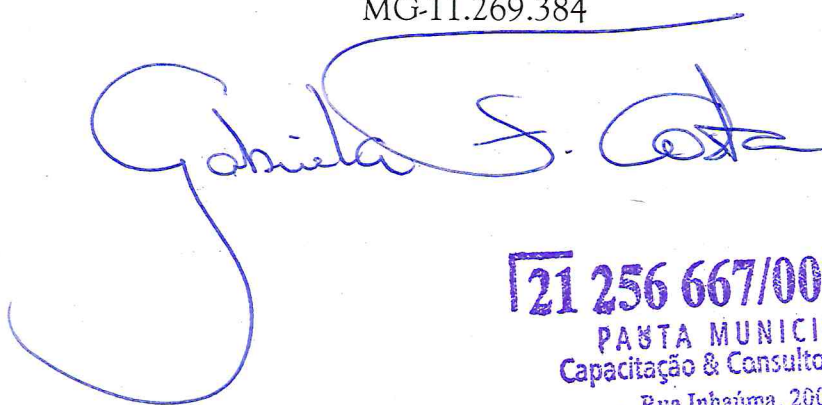
COSTA:01290493600

Dados: 2021.04.23 14:14:18 -03'00'

PAUTA MUNICIPAL CAPACITAÇÃO E CONSULTORIA

GABRIELA FERNANDINO COSTA

MG-11.269.384



21 256 667/0001-20
PAUTA MUNICIPAL
Capacitação & Consultoria Ltda.
- Rua Inhaúma, 2003
B. São Dimas - CEP 35.700-219 - Tel: (31)3026-5544
SETE LAGOAS - MG

OD330528094BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
26/04/2021 12:05 Conselheiro Lafaiete / MG

26/04/2021 12:05 Conselheiro Lafaiete / MG	Objeto entregue ao destinatário
26/04/2021 10:42 Conselheiro Lafaiete / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
24/04/2021 15:40 CONTAGEM / MG	Objeto em trânsito - por favor aguarde de Unidade de Tratamento em CONTAGEM / MG para Unidade de Distribuição em Conselheiro Lafaiete / MG
23/04/2021 16:04 Sete Lagoas / MG	Objeto em trânsito - por favor aguarde de Agência dos Correios em Sete Lagoas / MG para Unidade de Tratamento em BELO HORIZONTE / MG
23/04/2021 15:55 Sete Lagoas / MG	Objeto postado